FOLHA DE S.PAULO
★★★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL
Publicado em 01/11/2023 - 05:59

Governo debate aceitar déficit de 0,5%, e Lula diz que não corta gasto

Governo discute mudar meta de 2024 para déficit de 0,5%

Iniciativa é avaliada entre membros do Executivo, mas ainda sem chancela de Haddad, isolado na discussão

Catia Seabra

BRASÍLIA Integrantes do governo passaram a discutir o envio ao Congresso Nacional de mensagem com a revisão da meta de zerar o déficit das contas públicas em 2024, após o próprio presidente Lula (PT) declarar que "dificilmente" o país vai concretizar essa promessa no ano que vem.

Defensor da manutenção da meta de déficit zero, o ministro Fernando Haddad (Fazenda) já teria admitido o risco de derrota na queda de braço travada no governo, de acordo com fontes palacianas.

Aliados do presidente propõem que a mensagem modificativa seja encaminhada ao Congresso antes da votação do relatório preliminar do PLDO (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2024, a tempo de o aumento da meta ser incorporado ao texto.

É no PLDO que as metas anuais para as contas públicas são estabelecidas. Atualmente, a proposta enviada pelo governo estabelece como objetivo central um resultado (receitas menos despesas) equivalente a 0% do PIB (Produto Interno Bruto) no ano que vem —com uma de tolerância de 0,25% do PIB para cima ou para baixo.

Outra estratégia em análise é a costura para uma alteração pelo próprio Congresso. Lula recebeu líderes de partidos aliados para uma reunião nesta terça (31) no Palácio do Planalto para discutir a agenda econômica.

Ainda segundo integrantes do Palácio, a nova meta em debate para 2024 seria de um déficit correspondente a 0,5% do PIB (Produto Interno Bruto). Mas o número ainda está em discussão.

Na manhã de segunda (30), integrantes do governo chegaram a estudar o envio imediato da mensagem, pois havia expectativa de votação do relatório no dia seguinte.

A ideia foi adiada depois da constatação de que a Comissão Mista de Orçamento não tinha sido formalmente convocada para a votação do parecer preliminar —de responsabilidade do relator, o deputado Danilo Forte (CE). Com isso, o governo terá mais tempo para avaliar o melhor momento de envio.

Segundo um integrante do Executivo, o envio da mensagem é o único instrumento de iniciativa do governo para alteração da meta. Outra alternativa seria a construção em conjunto com o Congresso Nacional. Mas o próprio relator já avisou ao governo que não assumirá a tarefa sozinho.

Aliados do presidente têm defendido que ele não abra mão da prerrogativa de definir o modelo de política econômica para o país e, por isso, tome a iniciativa de enviar a mensagem. Segundo integrantes do governo, essa seria a opinião do ministro da Casa Civil, Rui Costa, por exemplo.

Na opinião dele, não caberia ao Congresso nem ao mercado fixar essa meta —ainda de acordo com relato de integrantes do governo.

Além de Costa, a ministra do Planejamento, Simone Tebet (MDB) já se manifestou pela flexibilização da meta, em nome da governabilidade. Sua opinião seria de que a adoção de patamar mais realista não afetaria o compromisso de superávit primário no fim do governo.

De acordo com relatos, o ministro Alexandre Padilha (Relações Institucionais) adota um tom mais moderado nas conversas sobre o tema, na tentativa de viabilizar a orientação de Lula. Sua atitude chegou a ser interpretada como apoio à flexibilização, mas o ministro já saiu publicamente em defesa do chefe da Fazenda.

Padilha defende que a nova meta só seja incluída no texto após a aprovação de medidas que ampliem a receita. Ele defendeu a estratégia a líderes de partidos aliados em reunião desta terça. Nesse caso, a revisão da meta seria produto de um acordo desenhado ao longo da tramitação da LDO, sendo incluída no relatório final.

O isolamento de Haddad na disputa tem fragilizado o ministro, cuja política econômica tem recebido críticas reiteradas do PT. Na sexta (27), Gleisi saiu em defesa de Lula e disse que o mercado teve "reação irracional" com a declaração sobre a possibilidade de meta fiscal de 2024 não ser de déficit zero.

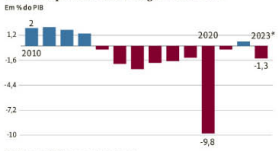
Com o adiamento da votação na comissão mista, o governo ganha tempo para tentar dar blindagem a Haddad, debilitado após derrotas impostas por Costa.

Há, porém, quem acredite na remota chance de reversão do quadro, com Lula sendo convencido a manter a previsão de déficit zero.

Interlocutores do governo dentro do Congresso relatam uma "bateção" de cabeça na equipe de Lula em meio a uma disputa entre Haddad e Costa. O ministro da Fazenda, segundo contam, insiste na perseguição ao déficit zero, enquanto o chefe da Casa Civil prega a revisão da meta. Nas palavras de um congressista, o governo precisa se harmonizar.

O impasse do governo na definição da meta fiscal

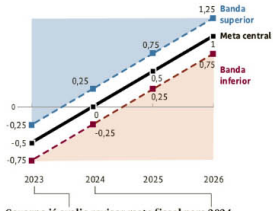
Resultado primário anual do governo central
Em % do PIB



* O dado de 2023 é uma projeção oficial

Metas apresentadas pelo governo
Em % do PIB

Governo estabeleceu em novo arcabouço fiscal compromisso de melhorar trajetória de resultado primário até 2026, com banda de tolerância para a meta



Governo já avalia revisar meta fiscal para 2024
Em % do PIB

Fontes: Ministério da Fazenda e Banco Central

Lula diz a líderes que não vai cortar gastos do ano que vem

BRASÍLIA O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou nesta terça-feira (31) que não haverá contingenciamento de gastos previstos no Orçamento do ano que vem, segundo parlamentares ouvidos pela reportagem.

De acordo com relatos de participantes da reunião com ministros e integrantes da Câmara dos Deputados, o presidente disse, especificamente, que não haverá cortes de investimentos, como obras e gastos na área social.

Isso foi interpretado por parlamentares como uma sinalização de que deverá rever a meta de déficit zero das contas públicas para evitar cortes no orçamento de 2024.

As declarações contrárias ao corte de gastos indicam que, se houver frustração de receita, não haverá contração de despesas para cumprimento da meta de déficit zero, defendida pelo ministro Fernando Haddad. (Fazenda).

Lula ressaltou, no entanto, que não irá criar novos gastos, mas que seria apenas para cumprir o que já estará no Orçamento.

Ainda de acordo com participantes do encontro, o petista teria reforçado que é preciso aprovar projetos da equipe econômica que tem por objetivo aumentar a arrecadação federal até o fim deste ano.

Como a Folha mostrou, integrantes do governo passaram a discutir o envio ao Congresso Nacional de mensagem com a revisão da meta. O valor em debate seria de déficit de 0,5% para 2024, mas ele pode ser reavaliado. Na semana em conversa com jornalistas, Lula declarou que "dificilmente" o país vai concretizar essa promessa no ano que vem.

Após a reunião desta terça, o ministro Alexandre Padilha (Secretaria de Relações Institucionais) afirmou à imprensa que a prioridade do governo federal é aprovar as medidas em tramitação no Congresso Nacional e que não há discussão no momento sobre o envio de mensagem ao parlamento prevendo mudança na meta de déficit fiscal.

"Não faz sentido a gente fazer qualquer discussão sobre meta fiscal antes de concentrarmos o nosso trabalho nas medidas que garantem ampliação da arrecadação."

Ele acrescentou que o tema não foi objeto de discussão durante a reunião do presidente com lideranças da Câmara dos Deputados. "O plano do governo é estar concentrado nesse momento em aprovar as medidas que ampliam a arrecadação e fazem justiça tributária no país."

Na reunião desta terça, coube a Haddad citar matérias prioritárias, caso da que trata da subvenção do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços). Na época do envio original da proposta pelo Executivo, a equipe econômica indicou que esperava arrecadar cerca de R$ 35 bilhões a partir de 2024 com a medida.

Segundo relatos, o líder do MDB na Câmara, Isnaldo Bulhões (AL), defendeu que a proposta do ICMS tramite enquanto uma MP (medida provisória). Como a Folha mostrou, na semana passada, Haddad pediu ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para acelerar a análise da elevação das receitas federais.

O ministro pediu a Lira que o texto seja apreciado como MP, editada em agosto, e não por meio do projeto de lei com urgência constitucional. A diferença no rito pode levar a diferenças na arrecadação: o texto do projeto de lei prevê que a proposta produza efeitos somente a partir de 1º de abril de 2024, enquanto a MP gera efeitos antes, a partir de 1º de janeiro.

O encontro desta terça ocorreu no Palácio do Planalto e também contou com a participação de ministros, como Padilha, Rui Costa (Casa Civil) e Simone Tebet (Orçamento), além do vice-presidente, Geraldo Alckmin, de presidentes de partidos aliados, líderes partidários e vice-líderes do governo na Câmara.

Victoria Azevedo, CS, Renato Machado e Thiago Resende

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Mercado **Caderno:** A **Pagina:** 21

Copyright © Clipclap 2025.